



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DESCENTRALIZAÇÃO,
PODER LOCAL e HABITAÇÃO
XIII Legislatura – 4.ª Sessão Legislativa

RELATÓRIO DA NOVA APRECIACAO

[PJL 843/XIII \(PS\)](#) – *Lei de Bases da Habitação*; [PJL 1023 \(PCP\)](#) - *Lei de Bases da Habitação*; [PJL 1057 \(BE\)](#) - *Lei de Bases da Habitação*

1. Em **23.04.2018** deu entrada na Mesa da Assembleia da República o **PROJETO DE LEI N.º 843/XIII/3 (PS)** – *Lei de Bases da Habitação*, tendo sido admitida em 24.04.2018.
 2. Em **15.10.2018** deu entrada na Mesa da Assembleia da República o **PROJETO DE LEI N.º 1023/XIII/4 (PCP)** – *Lei de Bases da Habitação*, tendo sido admitida em 17.10.2018.
 3. Em **21.12.2018** deu entrada na Mesa da Assembleia da República o **PROJETO DE LEI N.º 1057/XIII/4 (BE)** – *Lei de Bases da Habitação*, tendo sido admitida em 28.12.2018.
 4. Em **08.05.2018**, a CAOTDPLH aprovou um requerimento apresentado pelo PS, ao abrigo do RAR, no sentido de submeter a discussão pública, por um prazo de 60 dias a contar da publicação da separata, o Projeto de Lei n.º 843/XIII/3 (PS) – *Lei de Bases da Habitação*.
 5. A separata foi publicada no DAR como separata n.º 91, de 15.05.2018, fixando o prazo da discussão pública entre essa data e 13.07.2018, posteriormente prorrogado até 31.07.2018, sendo a prorrogação publicitada no sítio da Assembleia da República na Internet.
 6. Em **03.01.2019**, as referidas iniciativas foram discutidas na generalidade.
-



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DESCENTRALIZAÇÃO,
PODER LOCAL e HABITAÇÃO
XIII Legislatura – 4.ª Sessão Legislativa

7. Foram apresentados, pelos Grupos Parlamentares autores das iniciativas, requerimentos para baixa sem votação à Comissão, que foram aprovado por unanimidade e, na mesma data (03.01.2019).
 8. Os projetos baixaram à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Poder Local, Descentralização e Habitação (CAOTDPLH) sem votação, por 90 dias.
 9. Na **reunião de 08.01.2019** da CAOTDPLH foi deliberado mandar o Grupo de Trabalho da Habitação, Reabilitação e Política das Cidades para realizar os trabalhos de especialidade/nova apreciação das três iniciativas.
 10. O GTHRUPC procedeu à consulta escrita e audição presencial de diversas entidades, conforme consta do [relatório de audições realizadas sobre Lei de Bases da Habitação](#), tendo sido recebidos os [contributos escritos](#) de diversas entidades, consultáveis na página da Comissão.
 11. Em sede de nova apreciação, o Grupo Parlamentar do PS apresentou texto de substituição integral do Projeto de Lei n.º 843/XIII/3 (PS).
 12. Os Grupos Parlamentares do PSD e CDS/PP e a Deputada Helena Roseta (PS) apresentaram propostas de alteração ao texto de substituição do Projeto de Lei n.º 843/XIII/3 (PS).
 13. OS Grupos Parlamentares do PS, BE e PCP apresentaram propostas de alteração às iniciativas das quais são autores.
 14. Nas reuniões do GTHRUPC dos dias 11, 19 e 26 de junho, nas quais se encontravam representados todos os Grupos Parlamentares à exceção do PEV e do PAN, teve lugar a discussão e votação indiciária das propostas de alteração e das iniciativas, com os resultados constantes do quadro em anexo.
-



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DESCENTRALIZAÇÃO,
PODER LOCAL e HABITAÇÃO
XIII Legislatura – 4.ª Sessão Legislativa

15. Na reunião de 03.07.2019 a Comissão ratificou as votações realizadas pelo GTHRUPC, que resultaram na aprovação indiciária do texto de substituição em anexo, tendo sido ainda realizada votação de artigos suspensos e introduzidas alterações pontuais na redação.
16. O texto de substituição aprovado pela Comissão sobre a [PJL 843/XIII \(PS\)](#) – *Lei de Bases da Habitação*; [PJL 1023 \(PCP\)](#) - *Lei de Bases da Habitação*; [PJL 1057 \(BE\)](#) - *Lei de Bases da Habitação* encontra-se em condições de ser submetido a votação no Plenário da Assembleia da República.
17. Os proponentes das iniciativas informaram que retiram as mesmas em favor do texto de substituição.

Palácio de S. Bento, 3 de julho de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Pedro Soares
